

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 232/XII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE SE DESVINCULE DO ACTA

No passado dia 2 de fevereiro o Bloco de Esquerda propôs à Assembleia da República um voto de condenação contra o acordo internacional ACTA e o facto de o Governo português ter assinado um primeiro compromisso relativo a este acordo. O voto de condenação foi chumbado, mas, mesmo na maioria que o reprovou, foi consensual o reconhecimento do secretismo antidemocrático com que o ACTA está a ser negociado. E as vozes nacionais e internacionais contra este acordo comercial aumentam a cada dia.

No passado dia 11 de fevereiro, ativistas em todo o mundo saíram à rua contra o ACTA. E as reações institucionais de crítica ao ACTA também aumentam. À Alemanha, Holanda, Estónia, Chipre e Eslováquia, que não assinaram o compromisso, juntam-se agora também a Bulgária e a Holanda. Entretanto, mesmo países que assinaram o pré acordo, têm vindo a distanciar-se do processo. O Primeiro-Ministro polaco afirmou que o seu governo fez "insuficientes consultas antes de assinar" o ACTA, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia pediu desculpas por ter assinado um acordo "que limita em especial o futuro das nossas crianças" e o Ministro da Justiça lituano comentou "Não sei de onde veio ou como teve origem, mas não gosto que este tratado tenha sido assinado evitando habilmente a discussão na UE e na Lituânia".

Para entrar em vigor, o ACTA precisa de ser aprovado no Parlamento Europeu em junho próximo. E, também aqui, as críticas se têm feito ouvir. Em novembro de 2010, grupos parlamentares da esquerda - incluindo os eurodeputados do Bloco de Esquerda - apresentaram uma importante resolução sobre o ACTA que dividiu o plenário e que

acabou rejeitada por uma margem mínima. A resolução visava proteger a privacidade e a proteção de dados como valores fundamentais da UE e garantir que o acordo não iria alterar a legislação comunitária nesta área.

Já este ano, Kader Arif, relator do Parlamento Europeu para o ACTA, demitiu-se em protesto pelo secretismo e por este acordo ter sido já assinado por vários países. E mais recentemente, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa juntou-se a este coro de críticas e pediu ao Parlamento Europeu que reavalie as condições propostas no ACTA. Dunja Mijatovic, representante para a liberdade de imprensa da OSCE, declarou: "Preocupa-me que o acordo atual do ACTA possa ter efeitos prejudiciais para a liberdade de expressão e a livre circulação de informação na era digital".

Também o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, afirmou que "o acordo tal como está não é bom" e que o ACTA contém um equilíbrio "muito inadequado" entre a proteção de direitos de autor e os direitos individuais na internet. Também a Comissão Europeia, em resposta à contestação, decidiu enviar o ACTA para o Tribunal Europeu da Justiça para que este se pronuncie sobre se o acordo é incompatível com os direitos fundamentais e de liberdade da União Europeia.

Mas estes sinais não são suficientes para afastar o perigo do ACTA. A Comissão Europeia, no mesmo momento em que envia o ACTA para o Tribunal Europeu, reafirma a defesa do acordo. E, logo depois de Joseph Daul, líder do Partido Popular Europeu, ter declarado "o ACTA acabou", também em reação aos enormes protestos que percorreram a Europa, o PPE, grupo parlamentar europeu que inclui o PSD e o CDS e que deu luz verde ao processo de ratificação do acordo em novembro de 2010, apressou-se publicamente a suavizar estas declarações e reafirmar que o ACTA "permite à Europa combater os produtos falsificados".

Se o ACTA entrar em vigor no espaço europeu, os operadores de comunicações poderão vigiar todos os downloads e investigar o histórico dos utilizadores que efetuem qualquer atividade na internet que seja considerada "antipolítica governamental".

Este sistema, verdadeira personificação do big brother orwelliano, será gerido por empresas privadas, nomeadamente através de um pacto entre os fornecedores de acesso. Ou seja, a informação mais sensível sobre os cidadãos europeus ficará na mão de

empresas com interesses comerciais diretos nesta informação, a qual, muitas das vezes, representa mesmo a sua principal fonte de receitas.

A inclusão no ACTA da bagagem pessoal dos viajantes, mesmo quando os produtos transportados não são de natureza comercial, é outro dos pontos que tem estado no centro de uma acesa polémica.

A pretexto da salvaguarda dos direitos de autor e dos interesses comerciais das indústrias de conteúdos e patentes, o ACTA cria um sistema que põe em causa os direitos coletivos - nomeadamente sobre o controlo não democrático das patentes médicas e científicas - e o direito à privacidade e liberdade política dos cidadãos.

Portugal não pode ser um cúmplice silencioso do ACTA. A assinatura do pré-acordo pelo Governo português pode e deve ser revertida. Portugal, como outros países têm vindo a fazer, deve reconhecer que não existiu debate suficiente em torno da sua participação no acordo e desvincular-se do ACTA.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Reconheça que a assinatura do acordo comercial anti contrafação ACTA não teve o necessário debate e esclarecimento no país.
2. Se desvincule do ACTA e afirme a sua oposição a este acordo.

Assembleia da República, 23 de fevereiro de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,